



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 393/2026

Processo de Licitação nº 410/2026

**FUNDAMENTAÇÃO: *art. 75, inciso II,*
*da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.***

O **Município de Entre-Ijuís**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ nº 89.971.782/0001-10, com sede à Rua Francisco Richter, nº 601 – Centro, no Município de Entre-Ijuís/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Entre-Ijuís, Sr. Brasil Antonio Sartori, torna público, o resultado do julgamento da **Dispensa de Licitação nº 393/2026, Processo Administrativo nº 410/2026**, o objeto da presente dispensa consiste na **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de material esportivo**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, visando ao atendimento da demanda imediata da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes**. A contratação fundamenta-se no *art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

EDUCARE MATERIAIS PEDAGÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.939.810/0001-76, no valor total de R\$ 22.822,90 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e dois reais e noventa centavos).

1.DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Dispensa de Licitação consiste na escolha da melhor proposta de preços para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de material esportivo, a ser utilizado nas aulas práticas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino do Município de Entre-Ijuís/RS, bem como nos campeonatos de futsal, futebol de campo e voleibol, desenvolvidos pela Comissão Municipal de Esportes, além de outras atividades realizadas ao longo do ano de 2026.

1.2.Justificativa:

Fundamenta-se na necessidade de reposição e ampliação do acervo esportivo para garantir a adequada execução das atividades pedagógicas nas aulas de Educação Física, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como fomentar a prática esportiva no âmbito das políticas públicas municipais voltadas ao esporte e lazer.

A disponibilização de materiais esportivos adequados e em quantidade suficiente é condição indispensável para assegurar a qualidade das aulas práticas de Educação Física e das atividades esportivas complementares, proporcionando melhores condições de treinamento, desenvolvimento técnico e desempenho dos alunos.

A prática esportiva constitui importante instrumento de formação integral, contribuindo para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo e socioemocional dos estudantes. Além disso, promove maior convivência social, respeito mútuo, trabalho em equipe e disciplina, reduzindo níveis de estresse e ampliando a sensação de bem-estar.

O esporte, enquanto política pública educacional e social, favorece experiências construtivas de convivência, cidadania e consciência corporal, estimulando hábitos saudáveis e a adoção de um estilo de vida ativo, especialmente entre crianças e adolescentes.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, garantindo suporte material às atividades esportivas previstas no planejamento anual da Secretaria para o exercício de 2026.

2.INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO:

2.1. Em decorrência do advento da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), cujo domínio teórico e prático é imprescindível para o adequado desempenho das atribuições da Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, faz-se necessária a adoção dos



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite **São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani**

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



procedimentos previstos na referida legislação para a escolha da melhor proposta de preços, visando à Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais esportivos, destinada ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes** do Município de Entre-Ijuís/RS.

2.2. Assim, passamos a expor o que segue:

2.3. O Processo administrativo de dispensa de licitação está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração Incluindo:

a) Solicitação para abertura de licitação pública emitida pela **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes** de Entre-Ijuís/RS, acompanhada de planilha contendo especificações e quantitativos dos bens a serem contratados;

b) Pesquisa de Preços de Mercado;

c) Informações sobre a dotação orçamentária, conforme previsto;

d) Termo de Referência, elaborado pelo executivo Requisitante, na forma da *Lei Federal nº. 14.133/2021*;

e) Minuta do Contrato;

f) Parecer Jurídico sobre o Processo de Dispensa de licitação e seus anexos;

g) Documentos de habilitação da proponente que apresentou menor valor;

2.4. A partir daí passamos a mencionar as razões para que a presente dispensa de licitação seja formalizada nos termos da Lei.

3. NOÇÕES GERAIS:

3.1. A nova Lei de Licitações, sancionada no dia *01 de abril de 2021*, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu *artigo 75, inciso II*, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

4. DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021, PARA COMPRAS E SERVIÇOS:

4.1. Conforme a Lei Federal acima mencionada ficou alterado o valor para a dispensa de licitação para todas as aquisições e/ou contratações que, após as devidas cotações de preços, não excederem o valor de **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, *Decreto nº 12.807 de 29 de dezembro de 2025*.

4.2. Trata-se da hipótese de dispensa de licitação mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permitem atender às demandas de caráter eventual, muitas vezes urgentes.

4.3. A correta caracterização da **dispensa em razão do valor** pressupõe uma rica e criteriosa pesquisa de preços no mercado, como forma de combater a tendência de os preços se aproximarem do valor limite da contratação ou em outras palavras, evitando que o procedimento por ser menos formalista, induza o sobrepreço. De fato, os fornecedores, ao vislumbrarem a possibilidade de se obterem ganhos maiores em um processo no qual a competição é mais limitada, tendem a inflar suas propostas, induzindo a administração a uma contratação antieconômica.

4.4. A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório e sendo assim presente contratação atende ao disposto *no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021*.

5. REQUISITOS MÍNIMOS PARA UM PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

5.1. Elaboração Do Termo De Referência e/ou Projeto Básico;

Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra e/ou contratação por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



5.2. Na verdade, o processo de dispensa de licitação neste caso, muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação. A sua importância está assim definida na nova *Lei de Licitações, capítulo II* - Fase Preparatória, *artigo 18*, o qual dentre diversos incisos, descrevemos alguns, senão vejamos:

Lei nº 14.133/2021

CAPÍTULO II- DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18.

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que consta obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

6. DO PAC – PREVISÃO ANUAL DE COMPRAS

O objeto da contratação encontra-se aprovado pela Autoridade Competente na Previsão Anual de Compras. (PAC), *Decreto Municipal nº 246 de 26 de setembro de 2025*. Publicado no site do Município <https://www.entreijuis.rs.gov.br>.

7. DA JUSTIFICATIVA/LAUDO DA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

7.1. A justificativa/laudo da contratação, elaborada pela unidade requisitante, especificou as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda da aquisição que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela aquisição.

7.2. Portanto, a justificativa/laudo apresentada, demonstrou que a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da dispensa de licitação seria a melhor (ou única) solução capaz de satisfazer as necessidades da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes**.

7.3. Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de dispensa ou inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no *art. 75, inciso II da Lei Federal 14,133/2021 de 01/04/2021*.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins da celebração contratual, a empresa deverá apresentar a **Agente Pública**, os seguintes documentos:

8.1.1. Certidão de **existência jurídica** expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do **estatuto registrado** e suas alterações;

8.1.2. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **CNPJ**, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

8.1.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), em vigor;

8.1.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, emitido através de Certidão pela Secretaria da Fazenda do Estado, em vigor;

8.1.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** emitida pelo Município da localidade de domicílio ou sede da empresa Proponente, com prazo em vigor;

8.1.6. Prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), com a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal - **CRF**, fornecido pela Caixa, com prazo de validade em vigor;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



8.1.7. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, com prazo de validade em vigor;

8.1.8. **Certidão Negativa de Falência** ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa proponente;

8.1.9. Declaração Conjunta, **Anexo III**;

8.2. Resta deixar consignado que a empresa demonstrou habilmente sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista.

9. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

9.1. Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços de mercado, e ainda, realizada a elaboração do Termo de Referência e demais anexos, no prazo e demais condições previstas na **Lei nº. 14.133/2021**, tendo a Empresa **EDUCARE MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **24.939.810/0001-76**, apresentado preços compatíveis com os praticados nos demais órgãos da Administração.

9.2. Assim, diante do exposto nos documentos, o menor valor de mercado praticado é igual no valor total de **R\$ 22.822,90 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e dois reais e noventa centavos)** resultante de cotação de preços de mercado, e o **MENOR VALOR**, ofertado pela empresa.

9.3. Os materiais ofertados pela empresa supracitada são compatíveis e não apresentam diferenças que venham a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

10. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

10.1. A condição a que se refere esse quesito encontra respaldo, *mutatis mutandis*, no **inciso VII do art. 72 da Lei 14.133/21**, que enumeram os elementos que deverão instruir o processo de dispensa, entre estes o da justificativa de preço.

Usou-se a expressão latina porque, a rigor, apresentar justificativa de preço não é exatamente a mesma coisa que demonstrar a razoabilidade do valor orçado. A justificativa deve apontar a realidade de um fato, no caso, as razões (custos) que fizeram chegar ao valor pedido pela realização do trabalho.

Comprovar a razoabilidade do preço cotado, conforme disposto no quesito, equivale a mostrar que o preço apresentado é moderado, comedido, ponderado, sensato, porém não necessariamente correspondente ao custo do trabalho que se irá realizar, conforme previsto no contrato.

O valor proposto, portanto, deve corresponder ao real volume de gastos, isto é, sua representação em cifra deve estar condizente com os dispêndios que serão feitos, contabilizados todos os itens orçamentários.

Cabe concluir que, como já dito antes, a dispensa de licitação deve estar de acordo com as exigências da legislação, descabendo acrescentar condições que não constem do ato legal pertinente e chegou-se ao menor preço e conforme demonstrado, a proposta da empresa **EDUCARE MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ nº 24.939.810/0001-76**, com sede estabelecida na Rua Daltro Filho, nº 609, Bairro Centro, no município de Santo Ângelo/RS, CEP: 98.801-510, telefone: (55) 8458-0910.

10.2. Segue abaixo a planilha detalhada com o custo dos materiais:

Item	Descrição	Qtd.	Valor unit.	Valor total
1	Kit com 3 bolas de tênis: de alta qualidade. Produzidas com feltro resistente e núcleo em borracha, oferecem boa durabilidade, quique uniforme e ótimo controle durante o jogo.	6 kit	R\$ 64,80	R\$ 388,80



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



2	Raquete de tênis: Confeccionada em material resistente, com estrutura leve, proporcionando controle e conforto no manuseio. Compatível com uso em quadras rápidas, de saibro e sintéticas.	6 pares	R\$ 127,80	R\$ 766,80
3	Cone tipo prato (chapéu): Confeccionado em material plástico flexível e resistente, com base em formato circular e perfil baixo, permitindo fácil posicionamento no solo. Indicado para uso em ambientes internos e externos. Produto empilhável.	150 unid	R\$ 2,16	R\$ 324,00
4	Bola oficial de voleibol pro 2.0: Confeccionada em material sintético resistente, com circunferência entre 65 e 67 cm. Possui estrutura costurada, garantindo maior durabilidade. Conta com câmara interna em borracha, assegurando boa retenção de ar e formato esférico regular. Atende às especificações técnicas compatíveis com a modalidade.	10 unid	R\$ 86,40	R\$ 864,00
5	Bola oficial de voleibol pro 2.5: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície uniforme e costura reforçada. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato esférico regular, conforme especificação do fabricante. Atende às dimensões e peso padrão para a modalidade de voleibol.	6 unid	R\$ 84,60	R\$ 507,60
6	Bola oficial futebol de campo: Confeccionada em material sintético resistente, com estrutura composta por gomos costurados ou termossoldados, conforme especificação do fabricante. Possui câmara interna em borracha, assegurando boa retenção de ar e formato esférico uniforme. Atende às dimensões e peso regulamentares para a modalidade.	10 unid	R\$ 99,00	R\$ 990,00
7	Bola oficial de futsal Rx 500 futsal: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície lisa ou texturizada, conforme especificação do fabricante. Possui câmara interna em borracha, com sistema de amortecimento que proporciona quique reduzido, adequado à modalidade. Atende às dimensões, peso e características regulamentares do futsal.	10 unid	R\$ 99,00	R\$ 990,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



8	Bola de basquete: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície texturizada para melhor aderência e controle. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato regular. Dimensões aproximadas da embalagem: 26 x 17 x 9 cm. Atende às características técnicas compatíveis com a modalidade.	6 unid	R\$ 89,00	R\$ 534,00
9	Bola de espirobol: Confeccionada em material resistente, adequada para uso contínuo. Possui peso entre 260 e 310 g e circunferência de 59 a 62 cm, conforme especificações da modalidade. Produto compatível com as exigências técnicas para a prática do espirobol.	4 unid	R\$ 148,90	R\$ 595,60
10	Bola de rugby: Confeccionada em material sintético resistente, com formato oval característico da modalidade. Possui superfície texturizada para melhor aderência e controle durante o manuseio. Conta com câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato regular. Atende às especificações técnicas compatíveis com a modalidade de rugby.	4 unid	R\$ 117,00	R\$ 468,00
11	Colchonete: Confeccionado com espuma de densidade D-23, proporcionando suporte e conforto durante o uso. Possui dimensões aproximadas de 90 cm de comprimento, 45 cm de largura e 3 cm de espessura. Revestimento externo em material resistente e de fácil higienização.	12 unid	R\$ 54,00	R\$ 648,00
12	Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 10: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10 unid	R\$ 25,50	R\$ 255,00
13	Bola destinada à prática de handebol: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície lisa ou levemente texturizada, proporcionando aderência adequada ao manuseio. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato esférico regular. Atende às dimensões e peso regulamentares para a modalidade de handebol.	4 unid	R\$ 94,50	R\$ 378,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

14	Kit composto por 8 cones demarcatórios: Cones furados, confeccionados em material plástico resistente, permitindo a utilização com hastes ou suportes, conforme necessidade. Produto em cores variadas. Cones empilháveis.	4 kit	R\$ 127,80	R\$ 511,20
15	Corda confeccionada em polipropileno (PP): Apresenta boa resistência mecânica, flexibilidade e durabilidade. Produto leve, com baixa absorção de umidade. Comprimento aproximado de 50 metros.	1 rolo	R\$ 153,90	R\$ 153,90
16	Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 16: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10 unid	R\$ 50,40	R\$ 504,00
17	Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 8: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10 unid	R\$ 16,20	R\$ 162,00
18	kit composto por 10 cones: Cones confeccionados em material plástico resistente. Utilizados para marcação de espaço, delimitação de percursos e organização de exercícios físicos. Produto empilhável.	2 kit	R\$ 288,00	R\$ 576,00
19	Bambolê: Confeccionado em material plástico resistente. Possui 65 cm de diâmetro, 2 cm de espessura do tubo e 10 cm de conexão.	12 unid	R\$ 8,80	R\$ 105,60
20	Bomba manual destinada ao enchimento de bolas de pilates e outros infláveis compatíveis: Confeccionada em material resistente, com sistema de bombeamento manual. Possui bico apropriado para válvulas de bolas de pilates.	2 unid	R\$ 28,90	R\$ 57,80
21	Rede de voleibol, conforme padrão oficial: Confeccionada em fio resistente com espessura de 2 mm. Possui dimensões aproximadas de 9,75 m de comprimento por 1,00 m de altura.	4 unid	R\$ 188,00	R\$ 752,00
22	Equipamento tipo jump (mini trampolim): Possui estrutura reforçada, com base estável e pés com sistema antiderrapante. Superfície de salto confeccionada em material resistente, fixada por molas ou elásticos, conforme especificação do fabricante. Suporta usuários com peso de até 150 kg.	10 unid	R\$ 289,00	R\$ 2.890,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



23	Rede destinada à prática de tênis de mesa: Confeccionada em material resistente, adequada para uso contínuo. Possui altura de 13,5 cm e sistema de ajuste que permite adaptação a mesas com comprimento de até 1,60 m. Conta com mecanismo de fixação apropriado para instalação segura e remoção quando necessário.	2 unid	R\$ 160,20	R\$ 320,40
24	Bomba manual destinada ao enchimento de bolas esportivas. Confeccionada em material resistente, com sistema de bombeamento manual. Compatível com válvulas padrão de bolas.	4 unid	R\$ 39,80	R\$ 159,20
25	Bola de pilates: Confeccionada em material resistente e flexível, adequada para uso contínuo. Possui diâmetro de 45 cm. Indicada para uso em ambientes internos.	20 unid	R\$ 46,80	R\$ 936,00
26	Tabela de basquete: com altura ajustável de 80 cm e comprimento de 120 cm, com peso total de 16.600 g, O aro, com diâmetro de 45 cm, feito de aço carbono, garantindo resistência e longa vida útil. Acompanha todos os acessórios necessários, como buchas, parafusos e rede, facilitando a montagem e uso imediato.	2 unid	R\$ 1.650,00	R\$ 3.300,00
27	Jogo de tabuleiro do tipo xadrez: Composto por tabuleiro e conjunto de peças, conforme padrão da modalidade. Confeccionado em material resistente, adequado ao uso contínuo.	10 unid	R\$ 57,60	R\$ 576,00
28	Jogo de varetas: Composto por conjunto de varetas, conforme padrão do jogo. Confeccionado em material resistente, adequado ao uso contínuo.	10 unid	R\$ 17,10	R\$ 171,00
29	Kit composto por 2 raquetes de frescobol: confeccionadas em madeira. Possuem cabo anatômico para melhor empunhadura. Produto compatível com a prática do frescobol.	10 kit	R\$ 54,00	R\$ 540,00
30	Espaguete flutuador: Confeccionado em material leve e flutuante. Produto colorido, com boa flexibilidade e resistência.	12 unid	R\$ 9,00	R\$ 108,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



31	Mesa Tênis de Mesa Oficial Dobrável com Rodízio: Tampo em MDF 15MM Design Oficial Acabamento em primer azul com secagem UV; Linhas demarcatórias branca de 20 mm nas bordas e 5 mm no centro; Bordas e pés em tubo de aço, com pintura epóxi; Pés com rodízios. Acompanha suporte e rede. Medida: 2,74 x 1,52 x 0,76m Peso Bruto: 64Kg	1 unid	R\$ 3.290,00	R\$ 3.290,00
TOTAL				R\$ 22.822,90

10.3. Em relação ao preço, ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente Dispensa ocorrerão da seguinte dotação orçamentária:

07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

123650701.2348000 - EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL

123610702.1014000 - REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DAS ESCOLAS

3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiel observância da execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **ANA MARIA BECKER TEIXEIRA – Telefone (55) 2120-2760**, responsável designada pelo Município de Entre-Ijuís/RS, para anotar e fazer o acompanhamento de todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando o que for necessário, à regularização de faltas, substituições, bem como, de todas as informações necessárias ao bom andamento do mesmo.

13. DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

13.1. A Agente de Contratação do Município de Entre-Ijuís/RS, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentada art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, para a contratação pretendida através da empresa **EDUCARE MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº **24.939.810/0001-76**, com sede estabelecida na Rua Daltro Filho, nº 609, Bairro Centro, no município de Santo Ângelo/RS, CEP: 98.801-510, telefone: (55) 8458-0910. Este é o entendimento da **Agente de Contratação**, pelas razões expostas neste documento, o qual encaminhado os autos, à assessoria jurídica, para a elaboração de parecer sobre o assunto.

14. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

14.1. As obrigações da **EMPRESA** e do **MUNICÍPIO** e demais regramentos para a execução do serviço, constam na íntegra no presente no Termo de Referência, **Anexo I**, deste Edital.

14.2. Informações serão prestadas aos interessados no horário da 08h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, no Prédio da Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís/RS, na Secretaria Municipal da Fazenda, Setor



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



de Licitações, na Rua Francisco Richter, nº 601 - Centro, onde poderão ser obtidas cópias do edital e de seus anexos e pelo fone (055) 2120-2779.

14.3. Todos os atos desta Dispensa serão publicados no site do Município: <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao>, e Diário Oficial do Município, *Lei Municipal nº 2.982, de 30/05/2017*; no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/famurs.

14.4. Integram este processo de Dispensa de licitação, os seguintes anexos:

ANEXO I: Termo de Referência

ANEXO II: Minuta de Contrato

ANEXO III: Declaração Conjunta

15. FORO

15.1. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o foro da Comarca de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, para dirimir todas as questões e controvérsias, resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Entre-Ijuís/RS, 14 de abril de 2026

Anderson Doberstein
Agente Público



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

O objeto do presente termo é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de material esportivo, a ser utilizado nas aulas práticas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino do Município de Entre-Ijuís/RS, bem como nos campeonatos de futsal, futebol de campo e voleibol, desenvolvidos pela Comissão Municipal de Esportes, além de outras atividades realizadas ao longo do ano de 2026.

2 - INFORMAÇÕES RESUMIDAS

Secretaria Requisitante	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes
Objeto (resumido)	Aquisição de material esportivo
Prazo de Entrega	Até 30 (trinta) dias
Valor total estimado	R\$ 22.822,90 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e dois reais e noventa centavos)



3 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício vigente.

Os parâmetros de estimativa de custos seguiram as diretrizes dos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da obtenção de cotações das mais diferentes fontes de forma a refletir os preços praticados no mercado, conforme planilha estimativa anexa a este documento, acompanhadas dos preços unitários referenciais e o tratamento estatístico; sendo que juntados aos autos constam os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços.

A estimativa das quantidades foi baseada no número de escolas da rede municipal, na quantidade de alunos em 2026, no cronograma anual de atividades do CME, no histórico de consumo e desgaste dos materiais em anos anteriores e na necessidade de reposição e ampliação do acervo esportivo.

O quadro a seguir apresenta a estimativa de custo da contratação:


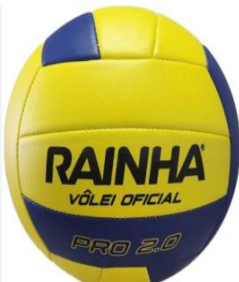


Item	Imagem	Descrição	Qtd.	Valor unit.	Valor total
1		Kit com 3 bolas de tênis: de alta qualidade. Produzidas com feltro resistente e núcleo em borracha, oferecem boa durabilidade, quique uniforme e ótimo controle durante o jogo.	6 kit	R\$ 64,80	R\$ 388,80
2		Raquete de tênis: Confeccionada em material resistente , com estrutura leve, proporcionando controle e conforto no manuseio. Compatível com uso em quadras rápidas, de saibro e sintéticas.	6 pares	R\$ 127,80	R\$ 766,80



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



3		Cone tipo prato (chapéu): Confeccionado em material plástico flexível e resistente, com base em formato circular e perfil baixo, permitindo fácil posicionamento no solo. Indicado para uso em ambientes internos e externos. Produto empilhável.	150 unid	R\$ 2,16	R\$ 324,00
4		Bola oficial de voleibol pro 2.0: Confeccionada em material sintético resistente, com circunferência entre 65 e 67 cm. Possui estrutura costurada, garantindo maior durabilidade. Conta com câmara interna em borracha, assegurando boa retenção de ar e formato esférico regular. Atende às especificações técnicas compatíveis com a modalidade.	10unid	R\$ 86,40	R\$ 864,00
5		Bola oficial de voleibol pro 2.5: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície uniforme e costura reforçada. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato esférico regular, conforme especificação do fabricante. Atende às dimensões e peso padrão para a modalidade de voleibol.	6 unid	R\$ 84,60	R\$ 507,6
6		Bola oficial futebol de campo: Confeccionada em material sintético resistente, com estrutura composta por gomos costurados ou termossoldados, conforme especificação do fabricante. Possui câmara interna em borracha, assegurando boa retenção de ar e formato esférico uniforme. Atende às dimensões e peso regulamentares para a	10 unid	R\$ 99,00	R\$ 990,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**


Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



		modalidade.			
7		Bola oficial de futsal Rx 500 futsal: Confeccionada em material sintético resistente , com superfície lisa ou texturizada, conforme especificação do fabricante. Possui câmara interna em borracha, com sistema de amortecimento que proporciona quique reduzido, adequado à modalidade. Atende às dimensões, peso e características regulamentares do futsal.	10unid	R\$ 99,00	R\$ 990,00
8		Bola de basquete: Confeccionada em material sintético resistente , com superfície texturizada para melhor aderência e controle. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato regular. Dimensões aproximadas da embalagem: 26 x 17 x 9 cm . Atende às características técnicas compatíveis com a modalidade.	6 unid	R\$ 89,00	R\$ 534,00
9		Bola de espirobol: Confeccionada em material resistente , adequada para uso contínuo. Possui peso entre 260 e 310 g e circunferência de 59 a 62 cm , conforme especificações da modalidade. Produto compatível com as exigências técnicas para a prática do espirobol.	4unid	R\$ 148,90	R\$ 595,6



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>







10		Bola de rugby: Confeccionada em material sintético resistente, com formato oval característico da modalidade. Possui superfície texturizada para melhor aderência e controle durante o manuseio. Conta com câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato regular. Atende às especificações técnicas compatíveis com a modalidade de rugby.	4 unid	R\$ 117,00	R\$ 468,00
11		Colchonete: Confeccionado com espuma de densidade D-23 , proporcionando suporte e conforto durante o uso. Possui dimensões aproximadas de 90 cm de comprimento, 45 cm de largura e 3 cm de espessura. Revestimento externo em material resistente e de fácil higienização.	12 unid	R\$ 54,00	R\$ 648,00
12		Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 10: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10unid	R\$ 25,50	R\$ 255,00
13		Bola destinada à prática de handebol: Confeccionada em material sintético resistente , com superfície lisa ou levemente texturizada, proporcionando aderência adequada ao manuseio. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato esférico regular. Atende às dimensões e peso regulamentares para a modalidade de handebol.	4unid	R\$ 94,50	R\$ 378,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>





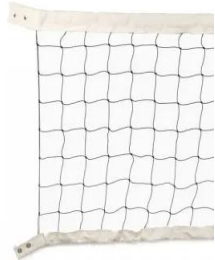


14		Kit composto por 8 cones demarcatórios: Cones furados, confeccionados em material plástico resistente, permitindo a utilização com hastes ou suportes, conforme necessidade. Produto em cores variadas. Cones empilháveis.	4 kit	R\$ 127,80	R\$ 511,2
15		Corda confeccionada em polipropileno (PP): Apresenta boa resistência mecânica, flexibilidade e durabilidade. Produto leve, com baixa absorção de umidade. Comprimento aproximado de 50 metros.	1 rolo	R\$ 153,90	R\$ 153,90
16		Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 16: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10unid	R\$ 50,40	R\$ 504,00
17		Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 8: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10unid	R\$ 16,20	R\$ 162,00
18		kit composto por 10 cones: Cones confeccionados em material plástico resistente. Utilizados para marcação de espaço, delimitação de percursos e organização de exercícios físicos. Produto empilhável.	2 kit	R\$ 288,00	R\$ 576,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



19		Bambolê: Confeccionado em material plástico resistente. Possui 65 cm de diâmetro, 2 cm de espessura do tubo e 10 cm de conexão.	12unid	R\$ 8,80	R\$ 105,6
20		Bomba manual destinada ao enchimento de bolas de pilates e outros infláveis compatíveis: Confeccionada em material resistente, com sistema de bombeamento manual. Possui bico apropriado para válvulas de bolas de pilates.	2unid	R\$ 28,90	R\$ 57,80
21		Rede de voleibol, conforme padrão oficial: Confeccionada em fio resistente com espessura de 2 mm. Possui dimensões aproximadas de 9,75 m de comprimento por 1,00 m de altura.	4unid	R\$ 188,00	R\$ 752,00
22		Equipamento tipo jump (mini trampolim): Possui estrutura reforçada, com base estável e pés com sistema antiderrapante. Superfície de salto confeccionada em material resistente, fixada por molas ou elásticos, conforme especificação do fabricante. Suporta usuários com peso de até 150 kg.	10 unid	R\$ 289,00	R\$ 2.890,00
23		Rede destinada à prática de tênis de mesa: Confeccionada em material resistente, adequada para uso contínuo. Possui altura de 13,5 cm e sistema de ajuste que permite adaptação a mesas com comprimento de	2 unid	R\$ 160,20	R\$ 320,40



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**


Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



		até 1,60 m. Conta com mecanismo de fixação apropriado para instalação segura e remoção quando necessário.			
24		Bomba manual destinada ao enchimento de bolas esportivas. Confeccionada em material resistente , com sistema de bombeamento manual. Compatível com válvulas padrão de bolas.	4 unid	R\$ 39,80	R\$ 159,20
25		Bola de pilates: Confeccionada em material resistente e flexível , adequada para uso contínuo. Possui diâmetro de 45 cm . Indicada para uso em ambientes internos.	20 unid	R\$ 46,80	R\$ 936,00
26	 <p>Largura tabela 1,20 m BASKETBALL Altura Tabela 0,80 m Aro: 45 diâmetro Raio de 1,41</p>	Tabela de basquete: com altura ajustável de 80 cm e comprimento de 120 cm, com peso total de 16.600 g, O aro, com diâmetro de 45 cm, feito de aço carbono, garantindo resistência e longa vida útil. Acompanha todos os acessórios necessários, como buchas, parafusos e rede, facilitando a montagem e uso imediato.	2 unid	R\$ 1.650,00	R\$ 3.300,00
27		Jogo de tabuleiro do tipo xadrez: Composto por tabuleiro e conjunto de peças, conforme padrão da modalidade. Confeccionado em material resistente , adequado ao uso contínuo.	10unid	R\$ 57,60	R\$ 576,00







Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028**

28		Jogo de varetas: Composto por conjunto de varetas, conforme padrão do jogo. Confeccionado em material resistente , adequado ao uso contínuo.	10unid	R\$ 17,10	R\$ 171,00
29		Kit composto por 2 raquetes de frescobol: confeccionadas em madeira . Possuem cabo anatômico para melhor empunhadura. Produto compatível com a prática do frescobol.	10 kit	R\$ 54,00	R\$ 540,00
30		Espaguete flutuador: Confeccionado em material leve e flutuante . Produto colorido , com boa flexibilidade e resistência.	12 unid	R\$ 9,00	R\$ 108,00
31		Mesa Tênis de Mesa Oficial Dobrável com Rodízio: Tampo em MDF 15MM Design Oficial Acabamento em primer azul com secagem UV; Linhas demarcatórias branca de 20 mm nas bordas e 5 mm no centro; Bordas e pés em tubo de aço, com pintura epóxi; Pés com rodízios. Acompanha suporte e rede. Medida: 2,74 x 1,52 x 0,76m Peso Bruto: 64Kg	1 unid	R\$ 3.290,00	R\$ 3.290,00
TOTAL					R\$ 22.822,90

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 22.822,90 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e dois reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (*art. 25 do Decreto nº 11.462/2023*):

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na *alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021*;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado no mercado correspondente, observando-se o disposto no *Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de agosto de 2023*, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Entre-Ijuís, nos termos da *Lei Federal nº 14.133/2021*.

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação encontra-se aprovado pela Autoridade Competente na Previsão Anual de Compras. (PAC), *Decreto Municipal nº 246 de 26 de setembro de 2025*. Publicado no site do Município <https://www.entreijuis.rs.gov.br>.

Fundamenta-se na necessidade de reposição e ampliação do acervo esportivo para garantir a adequada execução das atividades pedagógicas nas aulas de Educação Física, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como fomentar a prática esportiva no âmbito das políticas públicas municipais voltadas ao esporte e lazer.

A disponibilização de materiais esportivos adequados e em quantidade suficiente é condição indispensável para assegurar a qualidade das aulas práticas de Educação Física e das atividades esportivas complementares, proporcionando melhores condições de treinamento, desenvolvimento técnico e desempenho dos alunos.

A prática esportiva constitui importante instrumento de formação integral, contribuindo para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo e socioemocional dos estudantes. Além disso, promove maior convivência social, respeito mútuo, trabalho em equipe e disciplina, reduzindo níveis de estresse e ampliando a sensação de bem-estar.

O esporte, enquanto política pública educacional e social, favorece experiências construtivas de convivência, cidadania e consciência corporal, estimulando hábitos saudáveis e a adoção de um estilo de vida ativo, especialmente entre crianças e adolescentes.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público, garantindo suporte material às atividades esportivas previstas no planejamento anual da Secretaria para o exercício de 2026.

5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na aquisição de materiais esportivos novos, de primeiro uso, destinados às aulas práticas de Educação Física das seguintes instituições de ensino: EMEI Braúlio Mário Azambuja Ribas, EMEI Jociane Cazarotto dos Santos, EMEF Professora Maria Antônia Uggeri Pizetta, EMEF São Paulo, EMEF Antônio Cortez e EMEF Zeferino Antunes de Almeida.

Alguns materiais também serão utilizados nas atividades promovidas pela Comissão Municipal de Esportes (CME) ao longo do exercício de 2026, contribuindo para o desenvolvimento de práticas esportivas, recreativas e educativas no município.

A contratação contempla o fornecimento integral dos itens especificados, incluindo transporte, entrega, garantia contra defeitos de fabricação e, quando necessário, substituição de produtos que não atendam às especificações exigidas.

A solução foi definida com base no levantamento das necessidades realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, considerando: Número de unidades escolares atendidas; Quantidade



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028**

de alunos matriculados; Modalidades esportivas ofertadas; Histórico de consumo e desgaste dos materiais; Calendário anual de eventos e competições.

PARCELAMENTO DO OBJETO

A adjudicação da presente contratação será por **MENOR PREÇO POR ITEM** em obediência a *sumula 247 do TCU*: () É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade, (..)

SUSTENTABILIDADE

Quanto à sustentabilidade econômica, a solução proposta prioriza a relação custo-benefício, considerando não apenas o valor de aquisição, mas também a vida útil dos materiais, os custos de manutenção e a eficiência do gasto público, em consonância com o interesse público e com os princípios da administração pública.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O objeto da presente contratação caracteriza-se como aquisição de **bens comuns**, consistindo na aquisição material esportiva, a ser utilizado nas aulas práticas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino do Município de Entre-Ijuís/RS, bem como nos campeonatos de futsal, futebol de campo e voleibol, desenvolvidos pela Comissão Municipal de Esportes, além de outras atividades realizadas ao longo do ano de 2026.

A presente aquisição será realizada por meio de **dispensa de licitação**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, considerando o valor estimado da contratação e a necessidade de atendimento imediato às demandas da Secretaria.

O valor estimado para aquisição dos materiais foi definido com base em pesquisa de preços junto a fornecedores locais, conforme prevê a legislação, respeitando os limites legais para dispensa de licitação.

Ressalta-se que o objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, bem como do Decreto Municipal nº 01, de 03 de janeiro de 2023.

7 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do [art. 105 da Lei 14.133/21](#).

Da subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local de entrega:

A entrega dos materiais será no prédio do almoxarifado da Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís/RS, Rua Francisco Richter, 543, CENTRO, Entre-Ijuís/RS, nos horários de expediente das 8h às 11h:30 e das 13h:30 às 17h, agendada previamente com a servidora, **Ana Maria Becker Teixeira – telefone (55) 2120-2760 – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Esportes.**

O prazo de entrega dos materiais é de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do Termo de Contrato, se for o caso ou do recebimento da Nota de Empenho (NE) e Ordem de Entrega.

O recebimento dos materiais será realizado nos termos do artigo 140, inciso II e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.**
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Satisfeitas as condições de verificação do objeto, o Termo de Recebimento será substituído por “aceite” do fiscal responsável, no verso da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), que será(ão) encaminhada(s), para liquidação.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

11 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da *Lei nº 14.133, de 2021*, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput*).

Fiscalização Técnica: ANA MARIA BECKER TEIXEIRA – Telefone (55) 2120-2760

Fiscalização Administrativa: ALINE MARQUES DE LIMA

Gestor do Contrato: REGINA APARECIDA MACHADO DE SOUZA

12– DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Igualmente, o contrato/Ata poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13- ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina [Art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei nº 14.133/2021](#) o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), [art. 125 do caput da Lei 14.133/2021](#).

14 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

123650701.2348000 - EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL

123610702.1014000 - REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DAS ESCOLAS

3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

-Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- m) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- n) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei](#));
- o) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021](#));
- p) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021](#))

-Multa:

- q) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - r) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;
- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º da Lei 14.133/21](#))



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



-Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º da Lei 14.133/21](#)).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei 14.133/21](#))

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º da Lei 14.133/21](#)).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

-A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

-Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º da Lei 14.133/21](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

-Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei 14.133/21](#))

-A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

-A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEISA) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei 14.133/21](#))

-As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

16 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PAGAMENTO

PREÇO

O valor total do pagamento é de **R\$ 22.822,90 (vinte e dois mil oitocentos e vinte e dois reais e noventa centavos)**.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FORMA DE PAGAMENTO:

-O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

-O pagamento será efetuado uma única vez, até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

-Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

-No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

-A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

-Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite **São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani**

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028**

-O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

-A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

-Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

-Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

-Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

-Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

-Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

-Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

-O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para fins da celebração contratual, a empresa deverá apresentar ao **Agente Público**, os seguintes documentos:

- Certidão de **existência jurídica** expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do **estatuto registrado** e suas alterações;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **CNPJ**, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através de Certidão emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), em vigor;



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUIS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUIS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028**

4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, emitido através de Certidão pela Secretaria da Fazenda do Estado, em vigor;
 5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** emitida pelo Município da localidade de domicílio ou sede da empresa Proponente, com prazo em vigor;
 6. Prova da regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), com a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal - **CRF**, fornecido pela Caixa, com prazo de validade em vigor;
 7. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT**-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com prazo de validade em vigor;
 8. **Certidão Negativa de Falência** ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa proponente;
 9. Declaração Conjunta, **Anexo III**;
- Resta deixar consignado que a empresa demonstrou habilmente sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista.

18 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação. O preço proposto pela empresa licitante, contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO. A unidade demandante não contratou, para o curso do presente exercício, objeto de idêntica natureza, inexistindo desse modo configuração de fracionamento de despesa.

Conforme *IN Seges/ME 81/2022, Art. 10* não se verifica a necessidade de classificar este TR nos termos da *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*.

Consta como Anexo a este Termo de Referência a Planilha estimativa de custo e documentos de suporte à pesquisa de preços, nos termos da *alínea i, inciso XXIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021*.

19 – DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Município de Entre-Ijuís, por escrito, num prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a entrega da proposta de preço e dos documentos de habilitação, endereçado à Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, à Rua Francisco Richter, 601 – Centro – CEP: 98855-000 – Entre-Ijuís/RS. As respostas serão enviadas às empresas em até 01 (um) dia útil antes do prazo de entrega das propostas. O resultado será enviado através de endereço eletrônico (E-mail). Como forma de agilizar este processo, as licitantes deverão indicar, caso possuam, seu endereço eletrônico na Internet. A consulente deverá indicar, na abertura do texto da mensagem, o número da Licitação a que se refere a consulta.

Entre-Ijuís, 18 de março de 2026

Regina Aparecida Machado de Souza
Responsável pela elaboração do TR
Secretária Municipal da Educação, Cultura,
Turismo e Esportes



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., PARA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO,
QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ENTRE-
IJUÍS, E A EMPRESA.....**

O **Município de Entre-Ijuís/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa estabelecida na Rua Francisco Richter, n.º 601, CNPJ-MF n.º 89.971.782/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Entre-Ijuís, Sr. Brasil Antonio Sartori, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 218.137.440-68, RG n.º 3033511571 SSP PC/DF, residente e domiciliado neste município, doravante designada **CONTRATANTE**, e, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX XXXX, CNPJ n.º XXXXXXXX/0001-XX, estabelecida na Rua.....,, RS, Fone/Fax: (XX), neste ato representada por seu representante legal,....., Diretor, doravante designada **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 410/2026**, e em observância às disposições regida pelas *Leis Federais: nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023 e Complementar nº 123/2006*, bem como na forma do *Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024* e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 393/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de material esportivo, a ser utilizado nas aulas práticas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino do Município de Entre-Ijuís/RS, bem como nos campeonatos de futsal, futebol de campo e voleibol, desenvolvidos pela Comissão Municipal de Esportes, além de outras atividades realizadas ao longo do ano de 2026., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

Item	Descrição	Qtd.	Valor unit.	Valor total
1	Kit com 3 bolas de tênis: de alta qualidade. Produzidas com feltro resistente e núcleo em borracha, oferecem boa durabilidade, quique uniforme e ótimo controle durante o jogo.	6 kit	R\$ 64,80	R\$ 388,80
2	Raquete de tênis: Confeccionada em material resistente, com estrutura leve, proporcionando controle e conforto no manuseio. Compatível com uso em quadras rápidas, de saibro e sintéticas.	6 pares	R\$ 127,80	R\$ 766,80
3	Cone tipo prato (chapéu): Confeccionado em material plástico flexível e resistente, com base em formato circular e perfil baixo, permitindo fácil posicionamento no solo. Indicado para uso em ambientes internos e externos. Produto empilhável.	150 unid	R\$ 2,16	R\$ 324,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028**

4	Bola oficial de voleibol pro 2.0: Confeccionada em material sintético resistente, com circunferência entre 65 e 67 cm. Possui estrutura costurada, garantindo maior durabilidade. Conta com câmara interna em borracha, assegurando boa retenção de ar e formato esférico regular. Atende às especificações técnicas compatíveis com a modalidade.	10 unid	R\$ 86,40	R\$ 864,00
5	Bola oficial de voleibol pro 2.5: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície uniforme e costura reforçada. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato esférico regular, conforme especificação do fabricante. Atende às dimensões e peso padrão para a modalidade de voleibol.	6 unid	R\$ 84,60	R\$ 507,60
6	Bola oficial futebol de campo: Confeccionada em material sintético resistente, com estrutura composta por gomos costurados ou termossoldados, conforme especificação do fabricante. Possui câmara interna em borracha, assegurando boa retenção de ar e formato esférico uniforme. Atende às dimensões e peso regulamentares para a modalidade.	10 unid	R\$ 99,00	R\$ 990,00
7	Bola oficial de futsal Rx 500 futsal: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície lisa ou texturizada, conforme especificação do fabricante. Possui câmara interna em borracha, com sistema de amortecimento que proporciona quique reduzido, adequado à modalidade. Atende às dimensões, peso e características regulamentares do futsal.	10 unid	R\$ 99,00	R\$ 990,00
8	Bola de basquete: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície texturizada para melhor aderência e controle. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato regular. Dimensões aproximadas da embalagem: 26 x 17 x 9 cm. Atende às características técnicas compatíveis com a modalidade.	6 unid	R\$ 89,00	R\$ 534,00



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9	Bola de espirobol: Confeccionada em material resistente, adequada para uso contínuo. Possui peso entre 260 e 310 g e circunferência de 59 a 62 cm, conforme especificações da modalidade. Produto compatível com as exigências técnicas para a prática do espirobol.	4 unid	R\$ 148,90	R\$ 595,60
10	Bola de rugby: Confeccionada em material sintético resistente, com formato oval característico da modalidade. Possui superfície texturizada para melhor aderência e controle durante o manuseio. Conta com câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato regular. Atende às especificações técnicas compatíveis com a modalidade de rugby.	4 unid	R\$ 117,00	R\$ 468,00
11	Colchonete: Confeccionado com espuma de densidade D-23, proporcionando suporte e conforto durante o uso. Possui dimensões aproximadas de 90 cm de comprimento, 45 cm de largura e 3 cm de espessura. Revestimento externo em material resistente e de fácil higienização.	12 unid	R\$ 54,00	R\$ 648,00
12	Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 10: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10 unid	R\$ 25,50	R\$ 255,00
13	Bola destinada à prática de handebol: Confeccionada em material sintético resistente, com superfície lisa ou levemente texturizada, proporcionando aderência adequada ao manuseio. Possui câmara interna em borracha, garantindo boa retenção de ar e formato esférico regular. Atende às dimensões e peso regulamentares para a modalidade de handebol.	4 unid	R\$ 94,50	R\$ 378,00
14	Kit composto por 8 cones demarcatórios: Cones furados, confeccionados em material plástico resistente, permitindo a utilização com hastes ou suportes, conforme necessidade. Produto em cores variadas. Cones empilháveis.	4 kit	R\$ 127,80	R\$ 511,20
15	Corda confeccionada em polipropileno (PP): Apresenta boa resistência mecânica, flexibilidade e durabilidade. Produto leve, com baixa absorção de umidade. Comprimento aproximado de 50 metros.	1 rolo	R\$ 153,90	R\$ 153,90



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



16	Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 16: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10 unid	R\$ 50,40	R\$ 504,00
17	Bola confeccionada em borracha resistente tamanho nº 8: conforme padronização do produto. Superfície lisa e uniforme, com boa elasticidade e durabilidade. Disponível em cores variadas.	10 unid	R\$ 16,20	R\$ 162,00
18	kit composto por 10 cones: Cones confeccionados em material plástico resistente. Utilizados para marcação de espaço, delimitação de percursos e organização de exercícios físicos. Produto empilhável.	2 kit	R\$ 288,00	R\$ 576,00
19	Bambolê: Confeccionado em material plástico resistente. Possui 65 cm de diâmetro, 2 cm de espessura do tubo e 10 cm de conexão.	12 unid	R\$ 8,80	R\$ 105,60
20	Bomba manual destinada ao enchimento de bolas de pilates e outros infláveis compatíveis: Confeccionada em material resistente, com sistema de bombeamento manual. Possui bico apropriado para válvulas de bolas de pilates.	2 unid	R\$ 28,90	R\$ 57,80
21	Rede de voleibol, conforme padrão oficial: Confeccionada em fio resistente com espessura de 2 mm. Possui dimensões aproximadas de 9,75 m de comprimento por 1,00 m de altura.	4 unid	R\$ 188,00	R\$ 752,00
22	Equipamento tipo jump (mini trampolim): Possui estrutura reforçada, com base estável e pés com sistema antiderrapante. Superfície de salto confeccionada em material resistente, fixada por molas ou elásticos, conforme especificação do fabricante. Suporta usuários com peso de até 150 kg.	10 unid	R\$ 289,00	R\$ 2.890,00
23	Rede destinada à prática de tênis de mesa: Confeccionada em material resistente, adequada para uso contínuo. Possui altura de 13,5 cm e sistema de ajuste que permite adaptação a mesas com comprimento de até 1,60 m. Conta com mecanismo de fixação apropriado para instalação segura e remoção quando necessário.	2 unid	R\$ 160,20	R\$ 320,40



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



24	Bomba manual destinada ao enchimento de bolas esportivas. Confeccionada em material resistente, com sistema de bombeamento manual. Compatível com válvulas padrão de bolas.	4 unid	R\$ 39,80	R\$ 159,20
25	Bola de pilates: Confeccionada em material resistente e flexível, adequada para uso contínuo. Possui diâmetro de 45 cm. Indicada para uso em ambientes internos.	20 unid	R\$ 46,80	R\$ 936,00
26	Tabela de basquete: com altura ajustável de 80 cm e comprimento de 120 cm, com peso total de 16.600 g, O aro, com diâmetro de 45 cm, feito de aço carbono, garantindo resistência e longa vida útil. Acompanha todos os acessórios necessários, como buchas, parafusos e rede, facilitando a montagem e uso imediato.	2 unid	R\$ 1.650,00	R\$ 3.300,00
27	Jogo de tabuleiro do tipo xadrez: Composto por tabuleiro e conjunto de peças, conforme padrão da modalidade. Confeccionado em material resistente, adequado ao uso contínuo.	10 unid	R\$ 57,60	R\$ 576,00
28	Jogo de varetas: Composto por conjunto de varetas, conforme padrão do jogo. Confeccionado em material resistente, adequado ao uso contínuo.	10 unid	R\$ 17,10	R\$ 171,00
29	Kit composto por 2 raquetes de frescobol: confeccionadas em madeira. Possuem cabo anatômico para melhor empunhadura. Produto compatível com a prática do frescobol.	10 kit	R\$ 54,00	R\$ 540,00
30	Espaguete flutuador: Confeccionado em material leve e flutuante. Produto colorido, com boa flexibilidade e resistência.	12 unid	R\$ 9,00	R\$ 108,00
31	Mesa Tênis de Mesa Oficial Dobrável com Rodízio: Tampo em MDF 15MM Design Oficial Acabamento em primer azul com secagem UV; Linhas demarcatórias branca de 20 mm nas bordas e 5 mm no centro; Bordas e pés em tubo de aço, com pintura epóxi; Pés com rodízios. Acompanha suporte e rede. Medida: 2,74 x 1,52 x 0,76m Peso Bruto: 64Kg	1 unid	R\$ 3.290,00	R\$ 3.290,00
TOTAL				R\$ 22.822,90



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO ([art. 117, caput](#))

5.1. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no Termo de Referência - **Anexo I**.

5.2. O **CONTRATANTE** exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais do contrato, nos termos do [art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Município e o preposto da **CONTRATADA** será realizada preferencialmente por meio eletrônico: licitacao@pmei.rs.gov.br e telefone (55) 2120-2779, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30min, e, das 13h30min às 17h.

5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica: ANA MARIA BECKER TEIXEIRA – Telefone (55) 2120-2760

Fiscalização Administrativa: ALINE MARQUES DE LIMA

Gestor do Contrato: REGINA APARECIDA MACHADO DE SOUZA

5.5. São competências do Fiscal Técnico:

I - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a CMV;

II - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

III - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

IV - indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

5.6. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à **CONTRATADA** informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Objeto do Edital.

5.7. A fiscalização do **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de qualquer preposto da **CONTRATADA**, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

5.8. A fiscalização anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

5.9. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO ([art. 92, V](#))



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite **São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani**
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



6.1.O valor total da contratação é de

6.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA- PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, **Anexo I** a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da data limite para a apresentação das propostas.

8.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5.Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6.Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1.São obrigações do Contratante:

9.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I;

9.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.7.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.8.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.9.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1.A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias** a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

9.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso *do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021*.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (*art. 137, II da Lei 14.133/21*) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o (*Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990)*), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do *artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021*;

10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei 14.133/21](#));

10.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/21](#));

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD-LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. As partes deverão cumprir [a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([art. 37 da LGPD](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



11.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA (art. 92, XII)

12.1. O prazo de garantia da execução é de no mínimo 12 (doze) meses, contados da emissão da nota fiscal e do recebimento das peças. (*Código Civil em seu §1º Art. 445*).

Caso o fornecedor possua uma garantia maior do que a determinada no presente Termo de Referência, prevalecerá a maior.

12.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, em conformidade com as condições e especificações constante no Termo de Referência - **ANEXO I** - parte integrante do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

j. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

l. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), de acordo com Anexo III do Edital.

m. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 10% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



14.4.ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

14.5.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21](#).

2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.6.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3.Indenizações e multas.

14.7.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.8.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

15.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

123650701.2348000 - EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL

123610702.1014000 - REAPARELHAMENTO OPERACIONAL DAS ESCOLAS

3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), [Lei nº 14.770 de 22 de dezembro de 2023](#) e [Complementar nº 123/2006](#), bem como na forma do [Decreto Municipal nº 03/2024 de 03 de janeiro de 2024](#) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – ALTERAÇÕES

17.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial e Diário Oficial do Município www.diariomunicipal.com.br/famurs, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18.2. Em se tratando de contratação por Pregão Eletrônico, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 20 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o [inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca em Santo Ângelo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Entre-Ijuís, ___ de _____ de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



**GESTÃO COM COMPROMISSO,
ENTRE-IJUÍS COM FUTURO.**
ADMINISTRAÇÃO
2025/2028

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
(Papel timbrado ou nome da Entidade)

I. Que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

II. Que não existe fato superveniente impeditivo **para sua habilitação** no certame ou de participar de licitações ou de contratar com qualquer Órgão da Administração Pública e compromete-se em informar a qualquer tempo, sob as penas cabíveis, a superveniência de ocorrências posteriores na forma determinada no *inciso V, do artigo 155, da Lei nº 14.133/21* e alterações;

III. Em atendimento ao disposto no *inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014)*, não possui, em seu quadro funcional e societário, pessoas membro de Poder ou do Ministério Público, servidor público, empregado público, membro comissionado ou dirigente da Administração Pública ou de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoas com qualquer vínculo empregatício com o Município de Entre-Ijuís;

IV. que, em cumprimento ao *art. 7º, inc XXXIII da CF/88, inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021*, acrescido pela *Lei 9854 de 27 de outubro de 1999*, não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

V. que não encontra-se impedida ou inidônea para licitar ou contratar com nenhum dos órgãos da Administração Pública em qualquer uma de suas esferas, Federal, Estadual e Municipal;

VI. Assumimos o compromisso irrevogável e irretroatável de promover a entrega do serviço o qual ofereci o menor valor durante a Dispensa de Licitação enquanto o contrato do mesmo estiver em vigência;

VII. Estamos cientes de toda a LEGISLAÇÃO relativa à presente LICITAÇÃO, e concordamos com todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos, bem como na Ata do mesmo, comprometendo-se a realizar a entrega do serviço consoante ao que prevê esta legislação e seus anexos;

VIII. que estamos cientes que o não cumprimento contratual, desobrigará o Município de Entre-Ijuís ao pagamento dos valores pactuados, sujeitando-se à empresa as penalidades vigentes.

IX. Não tolera qualquer prática de corrupção e incentiva todos os funcionários, colaboradores, fornecedores a relatarem qualquer tipo de suspeita de atos ilícitos. Sempre que é observado um comportamento considerado inadequado ou que viole os princípios da ética e moralidade, deverá ser comunicar o fato o mais rápido possível. Os colaboradores devem sempre agir de modo transparente e honesto em relação a todos e quaisquer processos ou procedimentos que envolvam licitações ou contratações com a administração pública. São expressamente proibidas todas as ações que possam ser caracterizadas como de vantagem indevida ao agente público.

X. Que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente em especial a da *Instrução Normativa nº 01/2010;*

XI. que não está sob pena de interdição temporária dos direitos de que trata o *art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.*

XII. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da *Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.*



Estado do Rio Grande do Sul
**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ENTRE-IJUÍS**

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10

Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani

E-mail: licitacao@pmei.rs.gov.br – Fone: (55) 2120-2779

<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



XIII. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XIV. que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Dispensa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

XV. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da DISPENSA quanto a participar ou não da referida licitação

XVI. DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

Obs: O presente instrumento poderá ser assinado com a utilização de ferramenta de assinatura e validação eletrônica, nos termos do [artigo 10º, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200/01](#).

E, por ser expressão da verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

Município de/RS, de Janeiro de 2026.

EMPRESA
CNPJ nº

Representante
EMPRESA